

008. PROVA OBJETIVA

AGENTE UNIVERSITÁRIO PROFISSIONAL

ASSISTENTE SOCIAL

(OPÇÃO: 013)

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e dissertativa é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de **01** a **05**:

Desconectados

Cerca de 18 milhões de brasileiros, ou 9,5% da população acima de 10 anos, não tinham acesso à internet em 2025, de acordo com o módulo de tecnologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

É um contingente espantoso dado o papel central da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. Isso sem contar o fato de que há um amplo mercado de trabalho organizado em torno da integração digital, como o de motoristas de serviços de aplicativos e de entregas.

Embora o preço seja um entrave ao acesso para 25,9% dos 4 milhões de domicílios brasileiros “desconectados”, a principal razão para a falta de conexão digital não é financeira. Em 36,5% dos domicílios sem acesso digital, nenhum morador sabia usar a internet, um verdadeiro descalabro.

O analfabetismo digital custa caro ao Brasil, impedindo que o País saia da armadilha da baixa produtividade. A internet não é apenas uma ferramenta de trabalho cada vez mais relevante, mas um meio essencial para a redução de trâmites burocráticos, para agilizar a comunicação e para franquear acesso à educação e à saúde, entre outras finalidades.

Durante o necessário período de isolamento social provocado pela pandemia de covid-19, por exemplo, foi a internet que permitiu interações humanas e de trabalho. Graças a ela, crianças não perderam o ano escolar por completo e empresas continuaram produzindo, o que impediu uma depressão econômica ainda maior do que a que se viu no período de 2020/2021.

Por tudo isso, urge que o País trabalhe para democratizar ainda mais o acesso e para educar sua população a utilizar os meios digitais.

Instrumento de desenvolvimento e inserção, o acesso à internet precisa não só ser acelerado, mas também dominado pela população brasileira, tão carente de oportunidades e cada vez mais na retaguarda de indicadores globais de educação e de competitividade.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opinioao>, 13.07.2026. Adaptado)

01. De acordo com o editorial, a desconexão a que estão expostos 18 milhões de brasileiros deve ser vista como

- (A) percurso pessoal que tende a ser alterado muito em breve, pela visão positiva que os cidadãos têm em relação à tecnologia; e como incremento à profissionalização, caso seja mantida.
- (B) opção pessoal responsável por democratizar a forma como os cidadãos desejam estabelecer as suas relações humanas; e como restrição de acesso a novas oportunidades.
- (C) forma pessoal de viver no mundo contemporâneo, da qual resulta escassez de oportunidades para o cidadão interagir com seus semelhantes; e como forma de garantia de emprego.
- (D) reação pessoal à imposição de interações pautadas exclusivamente pela tecnologia, ainda que mais rápidas; e como desafio ao cidadão para descobrir possibilidades de emprego.
- (E) atraso pessoal, por eliminar as chances de um cidadão de estudar, trabalhar e estabelecer interações humanas; e como atraso nacional, por impactar na produtividade do país.

02. De acordo com o editorial, o fator decisivo para a ausência de conexão digital dos cidadãos é a

- (A) insatisfação com a internet após a pandemia.
- (B) indisponibilidade de internet onde moram.
- (C) impossibilidade financeira de custeá-la.
- (D) incapacidade para a utilização da internet.
- (E) inaptidão para os estudos e a competitividade.

03. Considere as passagens:

- É um **contingente** espantoso dado o papel central da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. (2º parágrafo)
- Embora o preço seja um **entrave** ao acesso para 25,9% dos 4 milhões de domicílios brasileiros “desconectados”... (3º parágrafo)
- A internet não é apenas uma ferramenta de trabalho cada vez mais relevante, mas um **meio** essencial para a redução de **trâmites** burocráticos... (4º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) valor; empecilho; método; imposições.
- (B) grupo; dificultador; recurso; especulações.
- (C) número; obstáculo; expediente; procedimentos.
- (D) quinhão; detalhe; metade; cumprimentos.
- (E) conjunto; privilégio; modo; obrigações.

04. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido próprio.

- (A) É um contingente espantoso dado o papel **central** da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. (2º parágrafo)
- (B) Em 36,5% dos **domicílios** sem acesso digital, nenhum morador sabia usar a internet, um verdadeiro descalabro. (3º parágrafo)
- (C) O analfabetismo digital custa caro ao Brasil, impedindo que o País saia da **armadilha** da baixa produtividade. (4º parágrafo)
- (D) A internet não é apenas uma **ferramenta** de trabalho cada vez mais relevante, mas um meio essencial... (4º parágrafo)
- (E) ... o acesso à internet precisa não só ser acelerado, mas também **dominado** pela população brasileira, tão carente... (7º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que a lacuna da frase deve ser preenchida com “à”, de acordo com a norma-padrão.

- (A) O analfabetismo digital custa caro ____ nação, impedindo que o País saia da armadilha da baixa produtividade.
- (B) A internet tem papel central no acesso ____ uma gama de serviços públicos, financeiros e educacionais.
- (C) A população brasileira, carente de oportunidades, precisa dominar ____ internet para garantir sua inserção digital.
- (D) Durante o isolamento social provocado, as pessoas começaram ____ usar mais a internet para estudo e trabalho.
- (E) No que diz respeito ____ trâmites burocráticos, a internet é um meio relevante que permite diminuí-los.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

06. No primeiro mês do ano, um pequeno empreendedor distribuiu igualmente entre dois funcionários um bônus de B reais. No segundo mês, um outro bônus de B reais foi distribuído igualmente entre três funcionários: os dois funcionários anteriores e mais um outro funcionário.

No terceiro mês, outro bônus de B reais foi distribuído igualmente entre cinco funcionários, sendo os três que receberam bônus no segundo mês e mais dois funcionários.

Considerando o valor total recebido por um dos funcionários que recebeu o bônus nos três meses, e o valor total recebido pelo funcionário que recebeu o bônus em apenas dois meses, em relação a esses dois valores totais, é correto afirmar que

- (A) sua soma é menor do que B reais.
- (B) o maior não excede o menor em mais do que a metade de B reais.
- (C) sua soma é $\frac{17B}{30}$ reais a mais do que o dobro de B reais.
- (D) um deles é $\frac{8B}{15}$ reais a menos do que o outro.
- (E) sua soma é $\frac{3B}{2}$ reais.

07. Observe a sequência de preços de um produto:

- Preço 1: X
- Preço 2: aumento de 80% em relação ao preço 1.
- Preço 3: aumento de 80% em relação ao preço 2.

Sabe-se que a diferença entre o preço 2 e o preço 1 é de R\$ 19,20. A diferença entre o preço 3 e o preço 2 é igual a

- (A) R\$ 19,20.
- (B) R\$ 34,56.
- (C) R\$ 38,40.
- (D) R\$ 38,88.
- (E) R\$ 43,20.

08. No primeiro turno de um campeonato de futebol, a razão entre o número de gols marcados e o número de gols sofridos por uma equipe foi $\frac{15}{4}$ e o saldo de gols (diferença entre gols marcados e gols sofridos) foi de 33 gols. Já no segundo turno, essa razão foi igual a $\frac{5}{2}$ e o saldo de gols foi de 21 gols.

Considerando esses dois turnos do campeonato, o número total de gols sofridos por essa equipe foi igual a

- (A) 12.
- (B) 14.
- (C) 18.
- (D) 22.
- (E) 26.

09. Assinale a alternativa que indica uma afirmação que corresponda à uma negação lógica da afirmação a seguir:

Se o código está correto, então o programa roda, ou, se a ideia inicial não funciona, então desistiremos desse caminho.

- (A) O código não está correto e o programa não roda e a ideia inicial funciona e não desistiremos desse caminho.
- (B) Se o código não está correto, então o programa não roda, ou, se a ideia inicial funciona, então não desistiremos desse caminho.
- (C) Se código está correto ou o programa não roda, então a ideia inicial funciona e não desistiremos desse caminho.
- (D) O código está correto e o programa não roda e a ideia inicial não funciona e não desistiremos desse caminho.
- (E) Se o programa não roda, então o código não está correto, ou, se não desistiremos desse caminho, então a ideia inicial funciona.

10. Considere a sequência numérica criada com um padrão lógico matemático:

1; 2; 1; 3; 2; 5; 4; 8; 7; 12; ...

Seja X o único elemento dessa sequência, que é igual a média aritmética simples dos elementos que ocupam as posições 14, 20 e 24.

A posição que o elemento X ocupa, nessa sequência, é

- (A) 19.
- (B) 20.
- (C) 21.
- (D) 22.
- (E) 23.

11. A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) pretende implantar um sistema informatizado destinado a aprimorar a gestão e o controle dos projetos de pesquisa em andamento. Nesse contexto, a empresa X, de propriedade de um ex-aluno da instituição, manifestou interesse em doar à Universidade um sistema capaz de atender a essa finalidade, bem como prestar, gratuitamente, os respectivos serviços de suporte técnico durante todo o período em que o sistema permanecer em utilização.

Com base nessa situação hipotética e no disposto no Regimento da Universidade Estadual do Norte do Paraná, é correto afirmar que

- (A) a doação, por disposição expressa, não pode abarcar bens imateriais, como sistemas de informática.
- (B) a doação, caso realizada, não pode ter uma destinação ou órgão específico, pois o sistema passa a integrar o patrimônio da Universidade.
- (C) a Câmara de Orçamento e Finanças deve se pronunciar ou dar parecer sobre a aceitação da doação.
- (D) a doação não pode ser aceita, pois foi realizada por empresa, que não possui finalidade filantrópica.
- (E) a doação pode ser recebida, pois foi realizada por empresa que conta, em seu quadro societário, com um ex-aluno.

12. Considere que Fabiano, integrante do corpo técnico-administrativo da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), praticou infração disciplinar passível de aplicação da penalidade de suspensão.

Com base nessa situação hipotética e no disposto no Regimento da Universidade Estadual do Norte do Paraná, é correto afirmar que

- (A) a penalidade deverá ser aplicada impreterivelmente por seu chefe imediato.
- (B) na aplicação da penalidade a autoridade competente precisa avaliar, dentre outros aspectos, a primariedade do autor, o valor do bem atingido com a prática da infração e o dano provocado à reputação da universidade.
- (C) a aplicação da penalidade não precisará ser precedida de processo administrativo, caso o técnico não seja estatutário e possua contrato sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) por disposição expressa, a pena de suspensão não é passível de recurso.
- (E) uma vez aplicada, a suspensão deve ser comunicada, para fins de registro, na Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

13. Com base no Estatuto da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), é correto afirmar que

- (A) o corpo de servidores técnico-administrativos será formado por todos que exerçam funções de carreira não docente.
- (B) o corpo discente é constituído por todos os estudantes regularmente matriculados em seus cursos, excluídos os alunos especiais.
- (C) a comunidade universitária é constituída pelo corpo docente, pelo corpo discente, pelo corpo de servidores técnico-administrativos e pelos colaboradores terceirizados.
- (D) a pesquisa corresponde ao processo educativo, cultural e científico que articula a extensão e a prática, para fortalecer a relação entre a universidade e a comunidade.
- (E) o calendário escolar será organizado tendo por base o ano civil, devendo ser unificado entre todos os campus da UENP.

14. Joana é analista administrativa e foi informada de que, em razão da necessidade do serviço, deverá exercer, temporariamente, atribuições diversas daquelas inerentes ao cargo para o qual foi aprovada em concurso público.

Com base nessa situação hipotética e no disposto na Lei Estadual do Estado do Paraná nº 6.174/1970 (Estatuto do Servidor Público do Poder Executivo do Estado do Paraná), é correto afirmar que

- (A) como há necessidade imperiosa de serviço, poderão ser cometidos a Joana, mediante prévia autorização do órgão competente, por prazo não superior a seis meses, atribuições não compreendidas na especificação de seu cargo.
- (B) Joana não pode exercer atribuições diversas, de forma alguma, pois isso ofenderia o princípio constitucional do concurso público.
- (C) caso praticado o desvio de função, Joana e o responsável pela designação para o novo posto deverão ser demitidos a bem do serviço público.
- (D) Joana pode exercer outras funções, caso atenda o interesse público, hipótese em que fará jus à remuneração das atribuições que estiver exercendo e um adicional de 20% (vinte por cento).
- (E) Joana somente poderá exercer funções diversas do cargo que ocupa caso haja situação de iminente perigo público, devidamente decretado pelo Governador do Estado.

15. De acordo com a Lei do Estado do Paraná nº 21.583/2023 (Lei da Carreira Técnica Universitária das Universidades Públicas Estaduais do Paraná), a carga de trabalho dos cargos da Carreira Técnica Universitária é de

- (A) trinta horas semanais, com exceção da função de médico, que será de vinte horas semanais, com jornada de quatro horas diárias.
- (B) quarenta horas semanais para todos os cargos.
- (C) quarenta horas semanais, com exceção dos profissionais da área de saúde, hipótese em que será de trinta horas semanais.
- (D) quarenta e quatro horas semanais, com exceção da função de médico, que será de trinta horas semanais.
- (E) quarenta horas semanais, com exceção da função de médico, que será de vinte horas semanais, com jornada de quatro horas diárias.

16. Desejando verificar algumas funcionalidades de seu computador, Miguel pretende executar o programa Teste.exe, que está localizado em uma pasta com seu nome armazenada no diretório raiz da unidade de disco rígido C: do equipamento. Considerando que o computador utiliza o MS-Windows 11, em sua configuração padrão, e que o usuário possui todas as permissões requeridas para realizar essa ação, assinale a alternativa que apresenta o conteúdo que Miguel deve inserir no campo endereço do Explorador de Arquivos para executar o programa pretendido.

- (A) C#Miguel#Teste.exe
- (B) C://Miguel//Teste.exe
- (C) C:/Miguel/Teste.exe
- (D) C:\Miguel\Teste.exe
- (E) C@Miguel@Teste.exe

17. Em um documento do MS-Word 365, em sua configuração padrão, é possível inserir espaços reservados para dados ou informações que podem ser modificadas automaticamente. Desta forma, em vez de digitar um texto estático, o usuário insere um código determinado que instrui o programa a buscar, calcular ou exibir informações específicas, como a data atual, o nome do arquivo ou o número da página. Esses espaços reservados são conhecidos como

- (A) Campos.
- (B) Estilos.
- (C) Fontes.
- (D) Formas.
- (E) Links.

18. Um usuário do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, deseja que a apresentação que está preparando seja iniciada diretamente no modo "Apresentação de Slides" quando o correspondente arquivo é aberto. Para tanto, o referido arquivo deverá ser salvo com a extensão

- (A) .pdfx
- (B) .potx
- (C) .ppsx
- (D) .pptm
- (E) .ptpx

19. As células de uma planilha que está sendo preparada com a ajuda do programa MS-Excel 365, em sua configuração padrão, foram preenchidas inicialmente conforme mostrado a seguir:

	A	B	C
1	Melancia	a	
2	Jenipapo	e	
3	Goiaba	i	
4	Figo	o	
5	Cupuaçu	u	
6			

Em seguida, a expressão =LOCALIZAR(B1:A1) foi digitada na célula C1. Prosseguindo, a célula C1 foi selecionada com um clique do botão principal do mouse e copiada para as células C2 a C5. Finalmente, a expressão =MULT(C1:C3)/MÉDIA(C1:C5) foi inserida na célula C6. O valor numérico obtido na célula C6 é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

20. Um servidor público necessita utilizar um computador compartilhado entre vários usuários para acessar Internet. Com o objetivo de preservar sua privacidade e evitar que outras pessoas vejam os sites que visitou ou acessem suas contas, ele usa o navegador instalado no computador em um modo de operação que apaga automaticamente o histórico de navegação, cookies e dados de formulários quando a janela é fechada. Esse modo de operação do navegador é conhecido como

- (A) Reservado.
- (B) Privado.
- (C) Particular.
- (D) Íntimo.
- (E) Exclusivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A inserção de assistentes sociais na Política de Educação atende sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nas diferentes modalidades dessa política. Coerente com as normativas vigentes da profissão, outras duas garantias são apontadas no direcionamento das ações desenvolvidas por assistentes sociais na educação, a saber, a qualidade da educação e a

- (A) formação continuada.
- (B) avaliação de desempenho.
- (C) gestão democrática.
- (D) infraestrutura escolar.
- (E) metodologia aplicada.

22. A atuação profissional voltada para a garantia do acesso à educação escolarizada, por meio dos programas de assistência estudantil, tem sido a marca principal da inserção do assistente social na universidade. Sem restringir sua atuação a essa demanda, o estudo/avaliação socioeconômica para a concessão de auxílios é a maior requisição posta ao assistente social nesse espaço sócio-ocupacional. O estudo/avaliação socioeconômica contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação dos alunos e de suas famílias, uma vez que, no processo de trabalho do assistente social, compõe sua dimensão

- (A) política.
- (B) educativa.
- (C) pragmática.
- (D) investigativa.
- (E) ideológica.

23. Havendo disponibilidade de recursos orçamentários, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) poderá atender estudantes das instituições de ensino superior públicas gratuitas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. De acordo com o artigo 3º (II) da Lei 14.914/2024, a execução dos programas e as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir, preventivamente, nas situações de risco de retenção e de evasão decorrentes de hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social ou

- (A) da insuficiência de condições financeiras.
- (B) do baixo desempenho escolar.
- (C) de comprometimentos da saúde.
- (D) de múltiplas discriminações.
- (E) da condição de provedor familiar.

24. Em se tratando do Programa de Assistência Estudantil, a Lei nº 14.914/202 determina que cada instituição federal de ensino superior e da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, defina os critérios e a metodologia de seleção dos beneficiários. Destinado prioritariamente aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação e de educação profissional técnica, o estudante beneficiário deve atender ao menos um, dentre três requisitos indicados pela referida lei, a saber:
- (A) ser morador de área de risco.
 - (B) apresentar alto rendimento escolar.
 - (C) ocupar a condição de arrimo de família.
 - (D) ser egresso da rede pública de educação básica.
 - (E) ser retirado do trabalho infantil.
25. Considerando a política de cada instituição de ensino superior, os métodos de aferição de renda para programas de bolsas geralmente incluem a análise de documentos financeiros, as entrevistas e o uso de sistemas informatizados. Previsto pela PNAES e pela Lei de Cotas, a renda é um indicador central. Uma metodologia de avaliação socioeconômica bastante utilizada é a que tem como referência o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de diversos indicadores sociais, que contemplam as dimensões: renda e trabalho, infraestrutura urbana e
- (A) protagonismo social.
 - (B) capital humano.
 - (C) inserção comunitária.
 - (D) capacidade interventiva.
 - (E) atuação solidária.
26. A avaliação socioeconômica, realizada por meio do estudo social, está pautada em dois pontos fundamentais: a interpretação das demandas postas pelos indivíduos ou famílias e o dimensionamento da ação profissional, no que diz respeito ao seu alcance e direcionalidade. No âmbito das competências e atribuições do Serviço Social, questiona-se se o estudo social para concessão de auxílios de assistência estudantil pode ser ou não uma atribuição privativa do Serviço Social. Referendado pela documentação que normatiza a atuação profissional do Serviço Social, tal estudo é considerado uma atribuição privativa do Assistente Social, na medida em que é realizado na perspectiva
- (A) da seletividade por mérito.
 - (B) do controle de acessos.
 - (C) de assegurar direitos sociais.
 - (D) de respostas a quesitos.
 - (E) da contrapartida do demandante.
27. Em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, as instituições federais de educação superior devem reservar no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público. No preenchimento dessas vagas, metade delas (50%) deve ser reservada aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a
- (A) 1 salário mínimo e meio.
 - (B) um salário mínimo per capita.
 - (C) 1/4 do salário mínimo.
 - (D) um salário de referência.
 - (E) meio salário mínimo nacional.
28. A pobreza e a violência, como expressões da “questão social”, que emergem das contradições e da exploração capitalista, se apresentam como anomalias sociais, mas na verdade são expressões engendradas pelo próprio capitalismo financeirizado. A pauperização e a desigualdade social, enquanto expressões nucleares da “questão social”, se referem a uma legalidade da estrutura sócioeconômica do próprio capital, ou seja, uma tendência vinculada à lei geral da
- (A) divisão dos lucros.
 - (B) acomodação social.
 - (C) igualdade de classes.
 - (D) superação de desigualdades.
 - (E) acumulação capitalista.
29. Entre os defensores da existência de uma “nova questão social” na realidade contemporânea, estão aqueles que entendem que a crise capitalista da década de 1970 teria promovido seu surgimento, a partir de novas demandas colocadas pelo esgotamento da sociedade salarial. Nessa perspectiva, o eixo central da “nova questão social” é o desemprego, a precarização do trabalho e a promoção de sujeitos inúteis para o mundo, chamados de
- (A) incapazes.
 - (B) neoproletários.
 - (C) desocupados.
 - (D) desfiliaados.
 - (E) subprodutores.

30. Considerando a complexidade da realidade social, não basta que cada política pública faça a sua parte, ainda que de modo eficiente; faz-se necessário que o conjunto das políticas públicas seja eficiente, formando uma rede de atenções. A especificidade da Assistência Social se mantém no campo relacional e na provisão dos mínimos sociais. No entanto, várias outras dimensões devem ser atendidas. Nessa lógica, em se tratando da intersetorialidade, cada política deve implantar as ações necessárias no seu âmbito de atuação e construir ações complementares e de trabalho
- (A) coletivo.
 - (B) autônomo.
 - (C) humanizado.
 - (D) individual.
 - (E) independente.
31. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) dispõe que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, a efetivação dos direitos decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Decreto nº 6.949, de 25.08.2009) e das leis e normas que garantam seu bem-estar. Conforme determina a referida Lei (art. 28, XIII), incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o acesso das pessoas com deficiência à educação superior
- (A) em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.
 - (B) mediante implantação de métodos individualizados.
 - (C) por meio de cotas ou ações afirmativas.
 - (D) apoiando estudantes recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica.
 - (E) com prioridade para os cursos voltados para inserção no mercado de trabalho.
32. O Estatuto da Pessoa com Deficiência dá especial atenção ao acesso à educação profissional e ao aspecto do trabalho desse grupo tão particular. Entre outras determinações, o Estatuto assim se expressa: “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação”. Ainda, dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência a condições justas e favoráveis de trabalho, sobre a remuneração do trabalho e seu valor. Conforme prevê o artigo 34 (parágrafo 1º), as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza, são obrigadas a garantir a esse segmento ambientes de trabalho acessíveis e
- (A) interativos.
 - (B) salubres.
 - (C) inclusivos.
 - (D) conservados.
 - (E) funcionais.
33. A legislação brasileira criou instrumentos de proteção à pessoa idosa, entre os quais destaca-se o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) que assegura seus direitos fundamentais. Ainda, prevê a proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, além de garantir o acesso a políticas de saúde, educação, assistência social e convívio familiar e comunitário, reforçando, quanto à tais violações (art. 4º, § 1º), a necessidade de medidas efetivas de
- (A) urgência.
 - (B) acompanhamento.
 - (C) avaliação.
 - (D) recuperação.
 - (E) prevenção.
34. Os idosos, dada sua vulnerabilidade associada às limitações próprias do envelhecimento, são suscetíveis a práticas violentas. Embora o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa tenha sido incorporado às políticas públicas, como o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional de Saúde, ainda existem lacunas que dificultam a implementação dessas diretrizes. Como determina o Estatuto da Pessoa Idosa (art. 19), os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de
- (A) intervenção policial.
 - (B) notificação compulsória.
 - (C) socorro ambulatorial.
 - (D) ação judicial.
 - (E) boletim de ocorrência.
35. Desde a década de 1960, os movimentos feministas deram visibilidade às distintas formas de violência contra as mulheres, pautando uma agenda política que foi decisiva para a construção legislativa e doutrinária internacional. No Brasil, a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, é considerada uma das maiores conquistas das lutas feministas. De acordo com essa Lei (art. 10), é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino,
- (A) necessariamente comprometidos.
 - (B) interessados na temática.
 - (C) de perfil acolhedor.
 - (D) previamente capacitados.
 - (E) desde que sem preconceitos.

36. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) define que a violência doméstica contra a mulher é crime e aponta formas de evitar, enfrentar e punir a agressão. Ela indica a responsabilidade que cada órgão público tem para apoiar a mulher que está sofrendo a violência. Com essa Lei, o Judiciário tem poderes para conceder as medidas protetivas. Algumas medidas são voltadas para a pessoa que pratica a violência; outras voltam-se para a mulher que sofre a violência. São seis as formas de violência doméstica e familiar definidas na Lei Maria da Penha, a saber: violência psicológica, física, sexual, patrimonial, vicária e violência
- (A) espiritual.
 - (B) moral.
 - (C) comportamental.
 - (D) ideológica.
 - (E) relacional.
37. O Programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivo central a redução da fome e o combate à pobreza, além de garantir o acesso das famílias e indivíduos às demais políticas públicas. As famílias beneficiárias são as que vivem em situação de pobreza e em extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A manutenção da família como beneficiária no Programa Bolsa Família depende do cumprimento, pelos seus integrantes, de condicionalidades relativas às áreas de saúde e
- (A) educação.
 - (B) previdência social.
 - (C) segurança alimentar.
 - (D) jurídica.
 - (E) trabalho.
38. A atenção à saúde, como uma das ações de assistência estudantil, demarca a atuação no atendimento continuado à saúde mental do estudante. Destina-se a promover a cultura do cuidado no ambiente estudantil, de forma a melhorar as relações entre estudantes, professores e funcionários. Entre seus objetivos estão o acolhimento e o acompanhamento das pessoas em sofrimento psíquico ou com transtornos mentais, proporcionando pertencimento institucional, consolidando um modelo de atenção à saúde mental de
- (A) múltiplas abordagens.
 - (B) enfoque personalizado.
 - (C) caráter autônomo.
 - (D) inserção institucional.
 - (E) base comunitária.
39. O Assistente Social tem o direito de manter contato direto com a população usuária, o que permite estabelecer vínculos com os seus movimentos e apreender a sua demanda. A articulação política com a população usuária, produto do exercício profissional, possibilita o adensamento do trabalho. Quando se trata das relações com as instituições, é correto afirmar, conforme estabelece o Código de Ética Profissional, que entre os deveres do Assistente Social destaca-se:
- (A) apoiar os movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.
 - (B) integrar comissões interdisciplinares de ética, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.
 - (C) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
 - (D) quebrar o sigilo profissional em situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário e da coletividade.
 - (E) divulgar as informações institucionais que se relacionem aos programas, às políticas sociais e ao exercício das atribuições profissionais.
40. A Lei nº 8.662/1993 dispõe sobre a profissão de Assistente Social, determinando que é livre o seu exercício em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas na referida Lei. Podem exercer a profissão de Assistente Social os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.
- Em relação as atribuições privativas do Assistente Social, a Lei destaca em seu artigo 5º, entre outras:
- (A) defender os direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
 - (B) posicionar-se em favor da equidade e da justiça social.
 - (C) articular-se com os movimentos de outras categorias profissionais e com a luta dos trabalhadores.
 - (D) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
 - (E) comprometer-se com a qualidade dos serviços prestados à população.

